

AMAZÔNIA SEM FUNDO: ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA DO FUNDO AMAZÔNIA NO PORTAL G1

Leandro Müller Menezes de CARVALHO ¹

Diogo Silva Miranda de MIRANDA ²

RESUMO

Essa pesquisa irá abordar a histórica relação do jornalismo ambiental e os problemas relacionados ao meio ambiente. Além de mostrar a importância desta editoria. Porém, é subestimada como emergente o que possibilita uma desvalorização da temática na comunicação na Amazônia. Fatores que poderiam ser alterados se o jornalismo trabalhasse de forma efetiva, para vigiar entidades que são de suma importância para a preservação da Amazônia, como por exemplo, o Fundo Amazônia. Para analisar como ocorreu o processo de construção de informações relacionadas, sobre o Fundo Amazônia, essa pesquisa irá analisar por meio da metodologia de Análise de Cobertura Jornalística (SILVA E MAIA 2011), por meio das reportagens do Portal G1 de notícias da Globo, para constatar como foi feita a abordagem da editoria de meio ambiente. Foi concluído que o jornalismo ambiental ainda precisa exercer seu papel fundamental e sair do tradicionalismo do marketing verde jornalismo ambiental precisa exercer seu papel fundamental e sair do tradicionalismo como alguns autores destacam como marketing verde, para agregar com possibilidades de novos olhares jornalísticos aptos a apurar e produzir novos materiais de cunhos ambientais para que venha a somar com a identidade socioambiental da região amazônica.

Palavras-chave: Fundo Amazônia. Jornalismo ambiental. Portal G1.

¹ Acadêmico do Curso de Comunicação social - Habilitação em Jornalismo – Faculdade Estácio do Pará. E-mail: leandromuller.jor@gmail.com.

² Professor orientador do trabalho, Jornalista e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará. Docente do curso de Comunicação Social da Faculdade Estácio do Pará (2014). E-mail: diogo.miranda@estacio.br



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dilema que se arrasta há mais de quatro décadas, a temática de desenvolvimento contra sustentabilidade começou a gerar pautas por volta de 1968. E isso deu início às primeiras informações dos principais levantamentos e discussões para tratar de assuntos de meio ambiente. Eventos, como as conferências internacionais reuniram representantes de todas as nações para debater como iriam seguir os rumos do meio ambiente.

Para manter a sociedade ligada, e assim, relatar a temática de biodiversidade e sustentabilidade do planeta, entra o jornalismo ambiental, que deu seus primeiros passos com as coberturas das conferências, interesse de alguns profissionais da comunicação em se especializar na temática, e na editoria de jornalismo ambiental.

Porém, ao mesmo tempo em que veio o interesse nesse tipo de cobertura jornalística em contraponto vemos que o caminho da editoria ambiental foi deixado de lado ano após ano. Isso abriu uma lacuna na produção de materiais que colaborassem para evitar os problemas que vem devastando a natureza, em especial a Amazônia, que vem sendo foco de assuntos mundiais tanto para a mídia, grupos financeiros internacionais e para a sociedade como um todo.

Problemas como os da Amazônia despertaram o interesse do mundo para a conscientização ambiental, podemos dizer que a responsabilidade dos meios de comunicação para informar e ter como resultado a proteção à natureza. É algo que precisa prevalecer nas editorias de jornais nacionais e mundiais, na divulgação de informações que de fato sirva para o cidadão ser consciente da sua contribuição com os cuidados socioambientais.

Este trabalho objetiva evidenciar como a editoria ambiental, a qual é essencial para a Amazônia, é desvalorizada dentro das editorias. Assim, assuntos que deveriam ser de conhecimento regional, em muitas ocasiões, saem de trás das cortinas para



virar pautas de jornais nacionais, majoritariamente, por interesses que estão muito além do que a simples razão de comunicar a sociedade amazônica e nacional.

A comunicação da região precisa torna-se mais ativa em pautar assuntos que muitos cidadãos ainda desconhecem, como por exemplo, o próprio Fundo Amazônia. Para tanto, abordar esta problemática é fundamental para incitar o interesse do jornalismo local, e acrescentar vozes para o fortalecimento da questão ambiental regional. Uma vez que os profissionais naturais da região amazônica, por vivência, possuem uma visão mais detalhada das questões que são muitas vezes tratadas de forma superficial e colocando características jornalísticas de outras editorias, por profissionais não-amazônicas.

Sendo assim, essa pesquisa classificará de forma quantitativa as reportagens do Portal G1 envolvendo o Fundo Amazônia, dessa forma, exemplificando como pautas ambientais são abordadas e construídas dentro das grandes mídias, com base nos critérios da Análise de Cobertura Jornalística.

Na construção desta pesquisa, o **Capítulo 1** irá trazer as noções e conceitos do surgimento do jornalismo ambiental e os primeiros passos desta especialização dentro das editorias brasileiras. A partir disso, entra a importância de entender esses conceitos que compõem a construção do que é a Amazônia e como ela é exposta nos veículos de comunicação e assuntos que estão diretamente ligadas a essa região, como por exemplo, o Fundo Amazônia.

No **Capítulo 2**, refere-se à Análise de Cobertura Jornalística de todo o material mapeado que foi produzido e reportado pelo G1 portal de notícias da Globo, desde o ano do surgimento do Fundo Amazônia, em 2008. A partir desse mapeamento, analisar esse conteúdo por meio dos critérios metodológicos expostos por (SILVA E MAIA, 2011).

Dessa forma, o **capítulo 3** é composto por toda uma análise do conteúdo jornalístico do Portal G1, explorando e separando esses materiais por períodos, editorias, conteúdos e assuntos transversais, no processo jornalístico relacionado ao



Fundo Amazônia. E Por fim, apresentamos como o jornalismo ambiental ainda é desfavorecido em comparação com outras editorias, mesmo tendo a mesma importância no processo de construção da informação ambiental tanto para a Amazônia como para os demais veículos de comunicação.

1. JORNALISMO AMBIENTAL

Historicamente, o jornalismo ambiental acompanha as problemáticas relacionadas ao meio ambiente há séculos, sendo o registro mais antigo atribuído aos artigos e reportagens de José Bonifácio de Andrade e Silva que questionavam a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento, produção e consumo no século XIX (SORRENTINO, 2005).

No entanto, a Conferência sobre a Biosfera realizada em Paris, França, em 1968 é creditada como o marco inicial do jornalismo ambiental, nesta houve o primeiro esforço intergovernamental de discutir a conservação e uso dos recursos ambientais (COLOMBO, 2010; GIRARDI, 2012). Este primeiro esforço culminou na criação da primeira entidade de jornalismo ambiental, a Associação de Jornalistas-Escritores para Natureza e Ecologia³, ainda ativa (COLOMBO, 2010; BELMONTE, 2017).

Em 1972, a Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, resultou em um documento de 26 páginas, o qual regia sobre princípios de preservação do meio ambiente (COLOMBO, 2010, GIRARDI, 2012). Com o tema ambiental em evidência, a consequente expansão de grupos e instituições determinados em defender o meio ambiente foi natural, inicialmente em países europeus. A expansão de grupos ambientais resultou no estabelecimento de novos princípios e legislação ambiental (COLOMBO, 2010).

Segundo Bueno (2007), o jornalismo ambiental, o qual é parte do jornalismo padrão, dissemina-se em veículos tradicionais de notícias como em meios exclusivos

³ Association des Journalistes-écrivains pour la Nature et l'Écologie



para o tópico. É fundamental a transmissão de informação ao público de forma que a complexidade e amplitude dos temas abordados sejam entendidos, ressaltando a necessidade de criar um diálogo simplificado sem perder a essência da notícia (LOOSE *et al*, 2018). Assim, o jornalismo ambiental cumpre seu papel de informar um público leigo sobre questões ligadas ao tema ambiental (BUENO, 2007).

Na atualidade, o jornalismo ambiental encontra-se disseminado em diversas mídias (especializadas e não especializadas), englobando temas ligados à natureza e à relação do homem com o meio ambiente (BUENO, 2007). No entanto, percebe-se uma tendência maior de material jornalístico abordando as chamadas ecotragedias ou de manifestações de grupos ambientalistas ou empresas (NELSON, 1994).

Acompanhando o ritmo mundial, o jornalismo ambiental no Brasil deu os primeiros passos no fim da década de 1960, com os primeiros movimentos ambientalistas (GIRARDI *et al*, 2012). O primeiro jornalista especializado em meio ambiente foi Randau Marques, que na mesma época, foi preso por publicar notícias sobre contaminações de chumbo e questionar o uso de agrotóxicos (CARDINALLI, 2013).

Anos depois, foram realizados eventos para tratar sobre meio ambiente, reunindo jornalistas e especialistas. Segundo Colombo (2010), no ano de 1989, foi promovido em São Paulo, o *Seminário A Imprensa e o Planeta*. Após três meses, a Federação Nacional dos Jornalistas promoveu, em Brasília, o *Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente*.

Eventos como estes, foram fundamentais para a criação de grupos e entidades para tratar dos assuntos que envolviam o viés ambiental. De acordo com o NEJ (2008), o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS), foi fundado em 22 de junho de 1990, é pioneiro no Brasil e tem grande atuação em eventos que envolvem assuntos à temática.

A cobertura ambiental no País foi reforçada quando eventos ambientalistas de grande porte aconteceram aqui, a exemplo das conferências internacionais Rio 92 e Rio+102. Nesse período, ocorreu intenso debate na



sociedade sobre temas de interesse do meio ambiente e a mídia mobilizou-se a favor da causa. Contudo, após os eventos, o interesse diminuiu. (LOOSE *et al*, 2012, s/p.)

A partir disso, é notável que o jornalismo ambiental ainda é classificado como uma editoria emergente, o que impossibilita a sua atuação como vetor de informações para a sociedade. Na atual crise socioambiental, as redações devem deixar de tratá-lo como editoria emergente, mas sim, como editoria tradicional, visto que os temas abordados são de importância fundamental na atualidade. A Amazônia enfrenta um leque de problemáticas e, no entanto ainda é pautada pela sua beleza natural ou em consequência de desastres ambientais, como ocorreu após as grandes conferências mundiais.

1.1. A Amazônia e o imaginário

É comum, para alguns, quando se trata de Amazônia, tudo se iguala a uma linha padronizada de imensidão verde, rios e igarapés (HIGUCHI *et al*, 2004). Contudo, a Região Amazônica envolve muito mais do que se possa imaginar. Um problema ambiental pode desencadear problemas em diversos pontos, que vão muito mais além de um limite geográfico. Conforme o pesquisador Wagner Ribeiro, os impactos ambientais na Amazônia, como exemplo das queimadas, podem atingir três pontos: local, nacional e global (MARQUES, 2019). Quando paramos para analisar essa situação, devemos deixar de pensar a Amazônia como um conjunto de “Belezas e Verdes” naturais e começar a pensar o que de fato é essa região?

Segundo Moreira (1960) existe uma dificuldade em definir a Amazônia a partir de apenas um olhar, pois a mesma não é influenciada apenas por um fenômeno e sim por diversas particularidades que atuam em conjunto afetando a realidade local de forma distinta. A região amazônica abriga recursos naturais exorbitantes, como seus rios, florestas, jazidas minerais, diversidade cultural entre as populações, e espaço territorial que abrange a maior parte geográfica no Brasil (TRIGUEIRO, 2012). De



acordo com Higuchi (*et al* 2004) é incorreto pensar em Amazônia como algo homogêneo, pois além dos conceitos, existe uma divisão entre o que é a Amazônia Legal e a Bacia Amazônica.

Em *Amazônia: O Conceito e a Paisagem*, Moreira (1960) aponta que o indivíduo que queira conceituar a Amazônia, seja qual for sua característica, deve abordar de forma ampla para que tal conceito não seja prejudicado. O mesmo apontou cinco conceitos: hídrico, fitogeográfico, zoogeográfico, político e econômico. No entanto Higuchi *et al* (2004), foi mais além, e apontou outros aspectos como cultura, lazer e turismo. E, apesar de todos os conceitos e teorias sobre como é composta a Amazônia, o grande fator que a tem levado ao foco nacional e mundial, são os grandes problemas ambientais que a cada década, vêm se agravando por diversos fatores.

Seja qual for o Estado, um dos principais objetivos é alcançar o desenvolvimento, e isso não foi diferente no Brasil. Uma área tão vasta de riquezas como a Amazônia tinha que ser conhecida e explorada. Porém, de acordo com Pandolfo (1994) para se alcançar esse objetivo, houve uma vertiginosa tomada no território da Amazônia Legal, e assim, como tudo feito de forma corriqueira, pode ser ter resultados não muito positivos, o que acabou acarretando problemas nada prazerosos para a região, como por exemplo, impactos sociais e ecológicos, que já perduram nas duas últimas décadas.

De acordo com Trigueiro (2012) está cada vez mais latente que a Amazônia precisa de um modelo que seja capaz de contornar os problemas que a região enfrenta. Para isso, é preciso saber agregar o crescimento econômico, populacional e qualidade de vida sem deixar de lado a preservação da natureza.

O primeiro fator é a importância estratégica dos serviços ambientais que a região presta ao Brasil e ao mundo em termos de regulação do clima e diversidade biológica. Segundo, a região tem riquezas superlativas, com valor crescente na economia, desde os produtos da floresta e da biodiversidade passando pelo vasto potencial hidrelétrico dos seus rios até os ricos depósitos minerais. Para assegurar a conservação e o uso sustentável das florestas na Amazônia deve haver mudanças de base na economia da região. A supremacia das atividades primárias com baixo valor agregado



deve ser substituída por uma economia em que os produtos e serviços da floresta sejam valorizados e a renda dessas atividades contribua com a melhoria da qualidade de vida da população. (TRIGUEIRO, 2012)

Apesar de diversos planos para o desenvolvimento ou estruturação de forma sustentável da Amazônia, sendo esses os benefícios tanto para o meio ambiente como para quem reside na região, é notável que a atual situação não consegue ser revertida. Dentre os principais problemas, Andrade (2018) aponta o desmatamento, saneamento básico, uso indiscriminado de agrotóxicos, mudanças climáticas e problemas sociais.

Se já não bastassem todos os problemas citados acima, a Amazônia volta a ganhar os holofotes no Brasil e em todas as nações, em 2019, para retratar das grandes chamas que tomaram as florestas. Informações foram destaques em diversos veículos de comunicação, dentre eles o The Guardian (Inglaterra), The New York Times (EUA), Le Monde (França), a revista Der Spiegel (Alemanha), jornais e revistas internacionais, gerando diálogos entre grupos como o G7 e União Européia, até mesmo questionamentos de políticos como o presidente da França, Emmanuel Macron, e pronunciamento de famosos como Leonardo DiCaprio e Madonna.

Com tantos destaques, principalmente na internet, vale ressaltar o quanto a Amazônia deixa de ser Brasil, e volta a ser pauta internacional, uma Amazônia global, principalmente se levar em consideração as contribuições internacionais em prol da preservação do bioma amazônico, como por exemplo, o financiamento do Fundo Amazônia.

1.2. Fundo Amazônia

Em 2019, ficou bem clara a necessidade de políticas públicas e planejamentos que de fato sejam eficientes para a proteção socioambiental da Amazônia. Uma das



alternativas do Ministério do Meio Ambiente, na então gestão de Marina Silva, foi gerir diretrizes para o Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Lançado em maio de 2008, pelo presidente Lula, o plano foi elaborado sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional. Sua elaboração envolveu a participação dos governos dos nove estados da região amazônica e expressivos segmentos da sociedade civil por meio das consultas públicas que mobilizaram seis mil pessoas na região. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012)

A partir de então é que surge o pontapé, para que hoje é conhecido, por alguns, como Fundo Amazônia. Esse foi encontrado para obter recursos sem ressarcimento para a prevenção, combate do desmatamento e formas para gerir os recursos da Amazônia Legal, de forma sustentável. (FUNDO AMAZÔNIA, s/d). Estabelecido a partir dos termos do Decreto nº 6.527, do dia 1º de agosto de 2008, o novo Fundo será regido, em seus recursos, análise e acompanhamento de projetos, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), (MARCOVITCH, 2014)

Os incisos a seguir são as diretrizes que norteiam a atuação do Fundo Amazônia (FUNDO AMAZÔNIA, s/d): I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas; II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental; III. manejo florestal sustentável; IV. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; V. zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária; VI. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e VII. recuperação de áreas desmatadas.

Conforme Forstater *et al* (2013), a atuação do FA teve seu início de imediato no próprio mês de criação. Sua primeira arrecadação foi recebida em 2009, com financiamento proporcionado pela Noruega. De acordo com o site do Fundo Amazônia, o primeiro valor teve sua estimativa de 700 milhões de coroas norueguesas e nos anos seguintes com aditivos. Já em 2010, foi o momento do Fundo comemorar o segundo doador, com verbas do Governo da Alemanha, que prometeu a quantia de 21 milhões de euros, com o intuito de evitar emissões de 2009 há 2010.



De acordo com o a reportagem do site da UOL⁴, a estatal brasileira Petrobras, teve sua primeira doação ao Fundo no ano de 2011. Ao todo o FA já recebeu, ao todo, R\$3,2 bilhões da Noruega; R\$ 192 7 milhões da Alemanha e 17,3 milhões da Petrobrás. Em conformidade com o relatório de 2018, ano em que o Fundo Amazônia completou uma década de operação, os resultados foram positivos com um alcance de 103 projetos apoiados, com uma cotação de R\$1,9 bilhões de apoio financeiro (SITE FUNDO AMAZÔNIA)

Apesar eficácia do Fundo em prol da Amazônia, com os altos registros de incêndios na região, em 2019, desencadeou preocupações ambientais tão alarmantes, como por exemplo, as manchetes do dia ter virado noite, em São Paulo. Com isso, a crise ambiental do atual governo, do presidente Jair Bolsonaro, levantou questionamentos pelos financiadores do Fundo Amazônia, principalmente pelas condutas do Governo Brasileiro. Isso acarretou na suspensão dos valores que são repassados para o FA. Conforme a reportagem do Portal G1, o governo norueguês esclareceu a situação entre os países sobre os acordos do Fundo.

Em nota encaminhada ao **G1** na noite desta quinta, a Embaixada da Noruega em Brasília afirmou que "o governo brasileiro dissolveu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), via decreto, em 28 de junho deste ano. Portanto, dada a conjuntura atual, a Noruega não possui fundamento jurídico e técnico para realizar a contribuição anual do Fundo Amazônia planejada para este ano" (2019).⁵

Informações do Site *El País*, no dia 10 de agosto, afirma que a Alemanha foi a primeira a paralisar os laços financeiros com a entidade brasileira. Após o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro, de afirmar que o Brasil não necessitava do financiamento dos dois países. O Fundo Amazônia ainda continua nos impasses se de fato ainda continuará com o principal intuito no Brasil.

⁴ Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/15/noruega-e-alemanha-doaram-995-do-fundo-amazonia-petrobras-deu-05.htm>>. Acesso em 20/04/2020.

⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/06/29/fundo-bilionario-para-preservacao-da-amazonia-corre-risco-entenda-o-impasse.ghtm>. Acesso em 23/04/2020



Até o final dessa pesquisa, será analisado como o jornalismo do brasileiro tem uma deficiência em pautar temáticas ambientais de forma mais exploratória. Para isso, tomamos como exemplo o Fundo Amazônia, que desde a sua fundação, ainda é veiculado por motivos de polêmicas do fim do repasse de verbas pelas crises ambientais no país.

2. OS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DE MATERIAIS JORNALÍSTICOS

Para compreender melhor o enquadramento das matérias foi tomado como parâmetro a capacidade do texto de mostrar a colaboração do Fundo Amazônia para os diversos setores que são beneficiados pelo financiamento, a problematização envolvendo o Fundo, além de visar como as notícias do Portal G1 abrange a pauta Fundo Amazônia e quais pontos são envolvidos no material veiculado.

Para tal abordagem da pesquisa, será feita a partir de uma Análise de Conteúdo, com base dos pensamentos da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), conforme os conceitos expostos pelas autoras Silva e Maia (2011). Esse método tem como base, atender três quesitos analíticos, sendo eles: apuração, modo de produção e o aspecto da caracterização textual.

Cada um deles olha para o objeto de estudo a partir de uma lente diferente. O primeiro, mais específico, funciona como uma teleobjetiva: recai exclusivamente sobre a matéria jornalística – tomada de forma isolada-, explorando indícios do método de apuração e da estratégia de cobertura em close-up. O segundo corresponde a uma lente normal, de alcance médio, pois que oferece uma visão um pouco mais aberta do objeto, agora enfocando não só o texto, mas o conjunto do produto, como localização na página, diagramação, foto etc. E o terceiro atua como uma grande angular – não capta detalhes, mas oferece um plano geral do objeto, captando aspectos da dimensão organizacional e do contexto sócio-histórico-cultural em que se insere a produção jornalística. (SILVA, E MAIA, 2011).

Contudo, para melhor compreender a ACJ é necessário entender a importância de todo esse processo da apuração, produção e caracterização textual de



determinado material jornalístico, no qual compõe o processo de análise da metodologia que compõe essa pesquisa sobre as matérias produzidas do Fundo Amazônia.

Dentro desse processo metodológico, o primeiro a ser explorado é a apuração. Segundo Santi (2010), o processo de apuração no jornalismo é de suma importância na construção da informação. Dessa forma, sendo fundamental para um jornalismo mais completo no processo de construção textual da notícia. Conseqüentemente, essa etapa funciona como um dos principais pilares do jornalismo, pois é nela em que o profissional vai dar o primeiro passo para começar a montar o seu conteúdo e irá fazer a própria análise de um ocorrido, criando seu desdobramento, sendo esse, essencial para a produção. Além disso, para Angelo (2012), apuração é o ponto no qual o jornalista faz um filtro para interpretar determinados documentos, fontes e acontecimentos.

Na produção, Silva e Maia (2011), dividem a produção em dois subníveis. No primeiro momento, relacionar fontes/entrevistados com a temática. E como segundo, a junção edição de todo o material para sua posterior exibição. Logo, esse processo se dá em toda a junção do processo de coleta feita na apuração e que agora será anexado para dar origem ao material jornalístico que será veiculado, sendo essa etapa feita desde o contato e marcações com fontes dentro da redação, a elaboração das pautas e a execução do roteiro feita pelo repórter, para além de todo o trabalho que a equipe de edição irá realizar para que tudo esteja coeso e compreensível para o receptor.

Para Angelo (2012), a caracterização textual segue conforme o conhecimento e a forma que o jornalista irá conduzir a notícia em diferentes veículos, seja no impresso, rádio, web ou televisão. Ou seja, dependendo do meio que o jornalista for escrever a matéria, existe uma forma de escrita para atender uma melhor forma de compreensão da informação que será emitida ao receptor.



Entender o tripé que compõe o protocolo metodológico desta análise, possibilita verificar as marcas que foram abordadas para explicar as reportagens sobre o Fundo Amazônia. Dessa forma, aplicando-se uma análise crítica ao protocolo metodológico das reportagens veiculadas a partir 2008, busca-se identificar os assuntos entrelaçados e, principalmente, se o jornalismo ambiental foi o cerne das notícias sobre o tema. Assim, esclarecendo se as informações presentes até então exprimem o verdadeiro papel do Fundo Amazônia para o meio ambiente e sociedade, ou somente, trazem conteúdos de caráter emergente, de forma superficial, não captando interesse do receptor.

2.1 As formas de análise para o Fundo Amazônia

Para análise desta pesquisa, com base no protocolo exposto de Silva e Maia (2011), a ACJ, foram compilados todos os materiais jornalísticos produzidos pelo portal G1, desde a fundação do Fundo Amazônia, em 2008, até a atual gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro. Tendo como caminho de pesquisa no próprio site G1 e no buscador *Google* utilizando as palavras chaves “Fundo Amazônia, “Financiamento Fundo Amazônia” e “Fundo Amazônia G1”, com a abrangência de tempo entre 2008 até 2020, utilizando a ferramenta de pesquisa personalizada.

Inicialmente, a pesquisa abrangia reportagens vinculadas no portal G1 PARÁ, visando o enfoque regional do jornalismo ambiental, no entanto, em decorrência da falta de material produzido, foi necessário ampliar a busca para o “G1 Nacional”.

Assim, para verificar como funcionou o processo de construção e divulgação do Fundo Amazônia, foi necessário compartimentalizar o período de existência do Fundo por mandato presidencial para avaliar a evolução do trato jornalístico em relação a matérias de cunho ambiental, principalmente devido a influência de outros temas pertinentes a cada era política sobre a temática.

A pesquisa foi dividida por mandatos presidenciais, incluindo o período de governo do presidente Temer empossado após o impeachment da titular, Dilma



Rousseff. Portanto, abrangendo os Governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro para criar uma categorização baseada em eras políticas visando entender a evolução da abordagem e construção das matérias do Portal G1 ao longo dos anos, uma vez que o tema ambiental é fortemente influenciado pela conjuntura política atual. O compilado do levantamento distribui-se na tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores quantitativos de matérias do Fundo Amazônia por governo

Mandato Presidencial	Governo Lula (2008-2011)	Governo Dilma (2012-2016)	Governo Temer (2016-2018)	Governo Bolsonaro (2019-Até o momento)
Número de Matérias	6	13	8	28

Fonte: **PORTAL G1 – FUNDO AMAZÔNIA** (Elaboração do autor).

As matérias foram avaliadas quanto os critérios metodológicos (apuração, produção e caracterização textual) a fim de entender o funcionamento da construção do material no portal G1. Em seguida, as mesmas foram separadas por classificação de editoria no G1. Porém, devido à falta de coerência do conteúdo de algumas matérias com a editoria na qual estava inserida foi necessário avaliá-las quanto o conteúdo, essencialmente ao que estava presente no texto. Na tabela criada o conceito de conteúdo “natureza” e “meio ambiente” está fundada na concepção de que natureza são assuntos ligados a pautas ecológicas, enquanto “meio ambiente” trata de qualquer ação do homem sobre a natureza, ou seja, assuntos que envolvam tragédias e problemas ambientais.

As matérias ainda foram examinadas quanto os temas transversais, ou seja, aqueles que estão presentes além do tema principal a fim de determinar quais foram predominantes sobre o tema ambiental. Por fim, as matérias foram divididas quanto à importância do tema Fundo Amazônia na mesma. E, assim, foi possível ter



compreensão da dimensão do trato do tema ambiental na grande mídia, em foco no Portal G1, e apurar o manejo do tema com viés amazônida por jornalistas sem necessariamente uma visão regional ou ambiental do mesmo.

3. ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO FUNDO AMAZÔNIA

Uma vez apuradas, as matérias foram separadas por classificação em editorias no Portal G1, onde se observa a presença de seis editorias: Política, Economia, Natureza, Notícia, Mundo e Brasil (Tabela 2), totalizando um número igual a quantidade de matérias por governo, no qual foi inserido o tópico “Fundo Amazônia” desde o início do financiamento em 2008.

Tabela 2: Matérias por classificação em editorias no Portal G1.

Editorias	Gov. Lula (2008-2011)	Gov. Dilma (2012-2016)	Gov. Temer (2016-2018)	Gov. Bolsonaro (2019- Atualmente)
Política	0	0	3	7
Economia	2	0	0	0
Natureza	0	8	5	17
Notícia	0	4	0	3
Mundo	1	1	0	1
Brasil	3	0	0	0

Fonte: PORTAL G1 – FUNDO AMAZÔNIA (Elaboração do autor)

Analisando por editoria as matérias no período do mandato presidencial do Governo Lula é possível distinguir um padrão inicial de abordagem do tema Fundo Amazônia, com a inexistência da inserção do mesmo em editoria de foco ambiental, com a colocação do tema em editorias de temas mais amplos como “Brasil” e “Mundo”. O período do Governo Dilma é marcado pelo aumento de matérias classificadas como “Natureza”, isto é, reportagens voltadas à ecologia. Assim, pode-se dizer que houve uma tentativa de adequação da abordagem do Portal G1 aos princípios do



jornalismo ambiental. Posteriormente, no Governo Temer, a tendência foi mantida, porém, com aumento de pautas com assuntos políticos, uma relação inédita até então.

As editorias onde as matérias veiculadas durante o Governo Bolsonaro foram inseridas pertenceram, majoritariamente, a classe “Natureza”. Além disso, houve aumento das matérias de editoria “Política”, concordando com a tendência iniciada no Governo Temer.

Apesar de haver um aumento de colocação das matérias de cunho ambiental no Portal G1, especialmente a partir do Governo Dilma, e com seu ápice de publicações durante o Governo Bolsonaro (mesmo com menos de 1 ano e meio de gestão), ainda há a presença de editorias não voltadas especificamente para o meio ambiente como “Mundo” e “Notícia”.

A realocação para editorias mais amplas não privilegia as características do jornalismo ambiental. Esta realocação fragiliza o impacto que a gravidade dos temas abordados nestas matérias, especificamente os que orbitam o Fundo Amazônia e a Amazônia em si, deveria ter, pois desassocia a pauta da raiz do debate, a questão ambiental, ou seja, prejudica a imersão do leitor para a compreensão da problemática, portanto, o impacto da notícia.

Ao contrário da tendência evidenciada na tabela 2, onde havia maior enfoque nos temas ambientais a partir do crescimento de editorias de “Natureza”, a análise da cobertura das matérias permitiu observar o oposto (Tabela 3). No entanto, uma vez que as matérias abrangem mais de um conteúdo por vez, não há a obrigatoriedade de o número total de temas abordados por governo (Tabela 3) coincidir com o número de reportagens totais do governo (Tabela 1).

Tabela 3: Conteúdo das matérias veiculadas no Portal G1 relacionadas ao Fundo Amazônia



Conteúdo	Gov. Lula (2008-2011)	Gov. Dilma (2012-2016)	Gov. Temer (2016-2018)	Gov. Bolsonaro (2019- Atualmente)
Política	5	8	7	27
Economia	2	4	1	4
Natureza	0	7	2	0
Meio Ambiente	0	0	0	5

Fonte: PORTAL G1 – FUNDO AMAZÔNIA (Elaboração do autor)

O conteúdo relacionado à natureza recebeu maior destaque durante o Governo Dilma no Portal G1. Posteriormente essa atenção foi esvaída durante os governos seguintes para dar lugar a pautas transversais como política, sendo este conteúdo inserido na editoria de meio ambiente devido à crise ambiental relacionada às queimadas na Amazônia durante o Governo Bolsonaro.

Ao analisar as reportagens a partir do terceiro quesito da ACJ (Caracterização Textual) foi possível verificar que o conteúdo dos textos ganha um viés mais político, o qual está presente na abordagem do G1 desde o início da série de dados. O tema natureza, que foi absoluto em editorias (Tabela 2), foi ignorado completamente no Governo Bolsonaro, apesar de a editoria necessitar da abordagem ambiental.

O conteúdo de meio ambiente foi raramente abordado, com apenas 5 matérias, e uma vez que o Fundo Amazônia neste período estava em crise, com retiradas de recursos dos financiadores, sendo isto um reflexo do posicionamento de autoridades em relação a preservação do meio ambiente, o conteúdo ambiental ser relegado por matérias de teor exclusivamente político é de pouca importância dada à editoria nos meios de comunicação.

Como exemplo da discrepância do destacado nas tabelas 2 e 3, na matéria exposta na figura 1, observa-se que o conteúdo com o tema central Fundo Amazônia é categorizado como “economia e negócios”, porém, este se encaixa como editoria



em caráter de meio ambiente, visto que o objetivo do financiamento não tem fins econômicos ou lucrativos, mas intuito de preservar a natureza.

Figura 1: Matéria vinculada no Portal G1 em editoria de Economia e Negócios



G1 / economia e negócios ←

17/09/08 - 07h50 - Atualizado em 17/09/08 - 07h55

Valor

Noruega doa US\$ 1 bilhão para proteção da Floresta Amazônica

Do Valor OnLine

Tamanho da letra: A- A+

editorias

- Primeira Página
- Blogs e Colunas
- Brasil
- Carros
- Ciência e Saúde
- Cinema
- Concursos e Emprego
- Economia e Negócios
- Esporte
- Mundo
- Downloads
- Indicadores financeiros
- G1 no seu celular
- Newsletter
- RSS
- Previsão do tempo
- Trânsito e Rotas
- Fale Conosco

globe news

- Em Cima da Hora
- Conta Corrente
- Jornal das Dez

mais programas ▾

outras mídias

BRASÍLIA - A sofisticação dos sistemas brasileiros de monitoramento dos desmatamentos da Floresta Amazônica convenceu o governo da Noruega a garantir a doação de até US\$ 1 bilhão para aplicação, entre 2008 e 2015, no Fundo Amazônia - destinado a proteger a maior cobertura florestal do continente. Segundo o primeiro-ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, o país desembolsará US\$ 130 milhões neste ano e em 2009, e os restantes US\$ 870 milhões serão liberados gradualmente, se o governo brasileiro provar a redução do desmatamento, a cada ano, em relação à média dos dez anos anteriores.

"Reduzir o desflorestamento é a maneira mais fácil, barata e eficiente de reduzir as emissões de carbono responsáveis pelo aquecimento global", argumentou Stoltenberg, que havia decidido receber a imprensa nos jardins do Congresso Nacional, pouco antes do encontro com o presidente Luis Inácio Lula da Silva, e suava debaixo do sol, sob o clima mais quente que o normal nesta época do ano em Brasília. "A Amazônia é o campo de batalha onde vamos ganhar ou perder a luta contra o desflorestamento e a luta contra as alterações climáticas", declarou, lembrando que a derrubada de florestas tropicais no mundo provoca 20% das emissões anuais dos chamados gases-estufa.

Os técnicos avaliam que a redução de cada tonelada em emissões de gases-estufa tem um custo aproximado de US\$ 5 por tonelada. Os valores das liberações dos recursos noruegueses não serão vinculados, porém, a limites prefixados de redução e serão sujeitas a avaliações técnicas e políticas nesse período. A aplicação dos recursos inclui a recuperação de áreas desmatadas e o apoio a atividades econômicas sustentáveis na floresta.

FONTE: PORTAL G1 – FUNDO AMAZÔNIA (Elaboração do autor)

Nota-se também, nos dois últimos parágrafos recortados, que as temáticas ambientais não são exploradas de forma que deixe mais claro os principais objetivos do Fundo e sua finalidade de preservação da Amazônia: combate ao desmatamento, projetos ecológicos e afins.



Assim, observando a partir dos princípios da ACJ, especificamente produção e caracterização textual, fica evidente que informações relativas ao posicionamento do gestor dos recursos, no caso o BNDS, não são expostas. Isso deixa o conteúdo ambiental de forma superficial e levando a sobreposição por temas transversais ao principal.

Na matéria presente na figura 2, é observado que apesar de seu tema central estar nas queimadas e na crise por recursos para preservação da Amazônia, a mesma é caracterizada como editoria Mundo e não Meio Ambiente ou até Natureza. Portanto, novamente, a importância do tema ambiental é sobreposta pelo foco político.



Figura 2: Matéria vinculada no Portal G1 em editoria de Economia e Negócios



G1 MUNDO

Macron diz que G7 dará US\$ 20 milhões para combater queimadas, mas Bolsonaro questiona interesse da França

O presidente francês, **Emmanuel Macron**, anunciou nesta segunda-feira (26) que os líderes do G7 vão providenciar, imediatamente, US\$ 20 milhões (cerca de R\$ 83 milhões; inicialmente, em entrevista coletiva, o presidente francês havia dito que eram 20 milhões de euros) de ajuda emergencial para combater **queimadas na Amazônia**. O anúncio acontece em meio à tensão entre Macron e o governo brasileiro.

Por outro lado, em 15 de agosto, Salles havia dito que as regras do **Fundo Amazônia** – que financia projetos de redução do desmatamento – estão em discussão. Ele deu a declaração ao ser questionado sobre a decisão do **governo da Noruega suspender** os repasses de 300 milhões de coroas norueguesas (R\$ 133 milhões). A decisão seria uma **represália às mudanças na formação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia**, segundo informações do jornal "O Globo".

FONTE: PORTAL G1 – FUNDO AMAZÔNIA (Elaboração do autor)

A decisão de priorizar as falas de autoridades políticas, sejam elas nacional ou internacional, em detrimento dos danos e consequências das queimadas históricas ocorridas naquele momento e a falta de recursos para seu combate pode ser considerado um fator que diluiu a gravidade da situação, em decorrência do destaque para embates políticos. E a inserção de assuntos, que apesar de importantes, desvirtuam a temática principal nas matérias expostas não é necessariamente negativa, pois uma visão não enviesada é uma qualidade requerida no meio



jornalístico e temas transversais são naturais, principalmente em editorias de meio ambiente, porém, a priorização de editorias alheias, ou seja, a falta de manejo com o tema ambiental prejudica a capacidade da editoria de cumprir seu papel como disseminadora de informações na área.

Durante o governo Bolsonaro houve preponderância, em relação aos outros governos, de matérias com o meio ambiente com temas transversais. Este aparece 16 vezes em um total de 28 matérias. No entanto, o tema política aparece 27 vezes em 28 matérias (Tabela 4). Por consequência, as matérias veiculadas possuem uma abordagem ambiental aquém do esperado em um cenário de catástrofe ambiental como vivenciado naquele período.

Tabela 4: Temas Transversais das matérias vinculadas no Portal G1 relacionadas ao Fundo Amazônia.

Temas Transversais	Gov. Lula (2008-2011)	Gov. Dilma (2012-2016)	Gov. Temer (2016-2018)	Gov. Bolsonaro (2019-Atualmente)
Política	1	6	6	27
Economia	5	5	2	7
Natureza	1	3	1	0
Meio Ambiente	2	12	6	16

Fonte: PORTAL G1 – FUNDO AMAZÔNIA (Elaboração do autor)

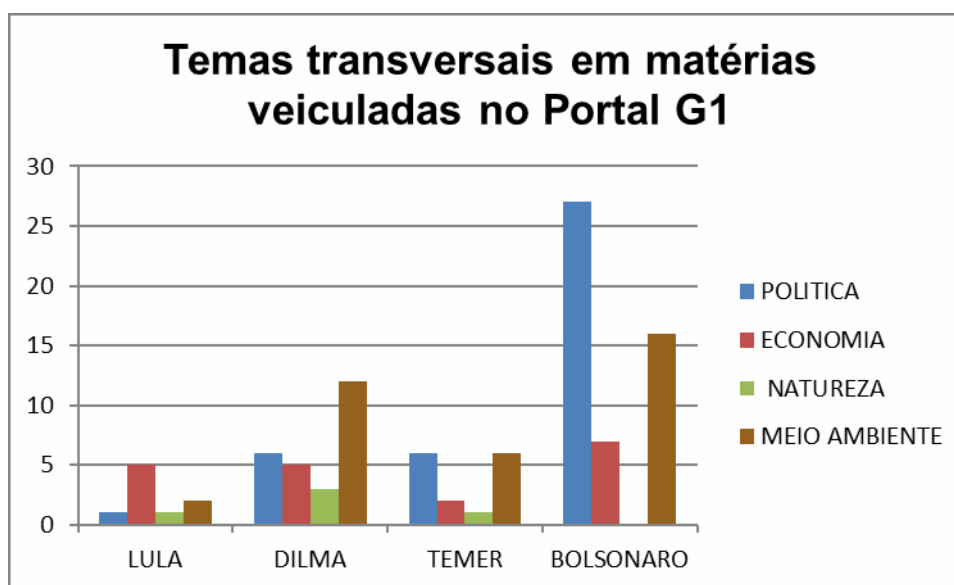
Durante o Governo Bolsonaro, o Portal G1 abordou de forma intensa a crise política desencadeada durante as queimadas de 2019 e, por conseguinte, a crise no Fundo Amazônia. Porém, é necessário ressaltar que mesmo com as crises ambientais na Amazônia a abordagem do G1 ignorou a emergência ambiental daquele período. E, como habitual, a editoria de meio ambiente acaba se formando por pautas emergentes para noticiar fatos, sombreando o tema principal.



A negligência do trato do tema ambiental, não é um único fator, porém, é grande colaborador, do trato das autoridades públicas com o tema. Uma vez que o jornalismo tem como princípio informar a sociedade, a reprodução de falas políticas baseadas em querelas durante um cenário de crise ambiental atua de forma contrária aos seus preceitos de comunicar e alertar a sociedade. Logo, para um portal da grande mídia, é um desserviço replicar discursos inflamados em momentos nos quais as buscas por soluções rápidas e esclarecimentos são o cerne do debate.

A necessidade de que não se confunda temas externos em pautas de jornalismo ambiental, como exemplificado por Bueno (2005), está intrinsecamente ligada à qualidade da abordagem. Como apontado por Massierer (2007), há uma subordinação da editoria de meio ambiente em função de necessidades políticas e/ou econômicas, assim, a importância dada a determinados temas inseridos na temática ambiental fica a cargo de outros cenários. E, como demonstrado na tabela 4, ainda há, principalmente nos últimos anos, um critério desassociado de temas ambientais para produzir conteúdo ambiental na grande mídia.

Gráfico 1: Temas transversais em porcentagem por período de Governo.



Fonte: PORTAL G1 – FUNDO AMAZÔNIA (Elaboração do autor)



A partir do gráfico, podemos notar que mesmo com a tentativa do G1 de utilizar uma editoria para pautar assuntos relacionados ao jornalismo ambiental, os dados confirmam que o modo construtivo das reportagens retira o foco ambiental do Fundo Amazônia. Dessa forma, colabora para que o mesmo seja categorizado em outras editorias.

Essa transversalidade de temas poderia ser algo que viesse a colaborar para uma construção da notícia mais detalhada, rica em apuração, produção e aprofundamento dos fatos, aos quais rodeiam o Fundo Amazônia. Assim, a correta abordagem desse tema não prejudicaria o produto final. Isso colaboraria para que esse norteamento possa superar a contextualização de uma matéria emergente, principalmente se tratando de tema ambiental. Assim, não se criaria a sensação de que o Fundo é um assunto secundário, se comparado com os outros assuntos da pauta.

Por fim, o destaque dado por matérias durante os 11 anos avaliados foram resumidos na Tabela 5, onde a importância dada ao Fundo Amazônia como tema principal de pautas é exposta.

Tabela 5: Quantitativo de matérias por Governo considerando a importância dada ao tema Fundo Amazônia.

O Fundo Amazônia é o tema principal da matéria?	Gov. Lula (2008-2011)	Gov. Dilma (2012-2016)	Gov. Temer (2016-2018)	Gov. Bolsonaro (2019-Atualmente)
Sim	4	4	4	22
Não	2	9	4	6

Fonte: PORTAL G1 – FUNDO AMAZÔNIA (Elaboração do autor)



Nota-se que por dez anos, durante os Governos Lula, Dilma e Temer, o Fundo Amazônia teve uma constância em relação à publicação de pautas relacionadas a ele. Ainda assim, com as problemáticas levantadas anteriormente de inconsistência da abordagem de temática ambiental e a sua sobreposição por outras editoriais. Porém, no Governo Bolsonaro, o número de matérias com o Fundo Amazônia como tema principal aumentou drasticamente, superando em quase o dobro o número total de matérias dos três governos anteriores. Isto apenas devido à crise do Fundo.

No entanto, mesmo com um quantitativo maior, a caracterização de transversalidade de conteúdos, ao invés do jornalismo colaborar para vigiar e cobrar soluções para tal temática, aplicou reportagens que instigavam ainda mais as problemáticas. E isso gerou conteúdos sem um fim conclusivo da crise do Fundo Amazônia.

Após o grande quantitativo de reportagens abordando os acontecimentos que levaram ao fim do Fundo Amazônia, o assunto deixou de ser noticiado. Um momento no qual jornalismo poderia fazer o oposto: reinventar os olhares jornalísticos das pautas e destacar a importância desse financiamento para o meio ambiente brasileiro. Como apontado por Nelson (1994, p. 16), “os jornalistas precisam ter um papel ativo na busca de boas ideias para reportagens”. Logo, apesar de o Fundo Amazônia ter sido extinto, a importância da temática não acabou, pelo contrário, foi intensificada a partir da necessidade de se noticiar à sociedade a perda de uma arma para a proteção e conservação da Amazônia.

No entanto, o Portal G1 permaneceu a tratar o assunto ambiental como caráter emergente, conveniente a ser pautado apenas em momentos de crises ou de caráter factual. Tal problema parou de ser noticiado quando se deu o fim do financiamento. E, no momento que o jornalismo do portal G1 de explorar outras pautas para mostrar outras abordagens relacionadas o Fundo, que trariam a tona a importância do mesmo para o meio ambiente brasileiro, ele foi totalmente esquecido. E isso, mais uma vez, reforça o caráter de editoria emergente para o meio ambiente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises feitas nesta pesquisa, pode-se concluir que o processo de construção de notícias ambientais, ainda carece de abordagens mais apuradas de forma que o jornalismo ambiental deixe de ser ofuscado por características textuais de outras editorias. Isso garante uma oportunidade de análises mais aprofundadas e inovadoras para a editoria ambiental, principalmente em veículos de grande mídia, como o G1.

Essa pesquisa deixou claro, desde o momento do mapeamento de reportagens, que a falta de interesse de redações e jornalistas, principalmente no âmbito local, enquanto não buscarem uma adoção pela neutralidade jornalística, essa objetividade dos conteúdos continuará sendo afetada, desde o processo de seleção de um aspecto para construção de pautas, como por exemplo as pautas relacionadas ao Fundo Amazônia. Como foi visível na análise, temáticas ambientais nas mídias ainda carecem de uma maior inclusão, para que ocorra uma adaptação na qual editoria voltada a natureza possa ganhar mais espaços dentro das editorias “principais”.

Ficou evidente que é necessário que nós, como jornalistas amazônicos, possamos ser sentinelas de tantos assuntos inexplorados dessa imensidão conhecida como Amazônia. Precisamos unir forças para garantir uma maneira eficaz, que o nosso meio ambiente seja algo valorizado de forma mais sustentável.

Residimos no território da maior floresta tropical do mundo, e que cada vez mais vem sendo degradada por diversos fatores e o jornalismo ambiental precisa exercer seu papel fundamental e sair do tradicionalismo do marketing verde, como denomina Bueno (2007), e ir além das barreiras dos interesses de grandes empresas e politicagem. Pois, já é notável, que o meio ambiente, sobretudo o foco na região amazônica, precisa ser acompanhado continuamente, dando olhares mais críticos e conscientes para a sociedade. Desta forma, a contribuição de jornalistas regionais acrescentará a formação de uma identidade ambiental forte e capaz de sobrepor interesses não ligados à preservação da Amazônia. Assim, comprometendo-se com



a democratização de informações e colaborar ativamente para preservação da natureza de nossa região.

Há ainda a necessidade de se lembrar que o Fundo Amazônia está atrelado a um contexto político mutável, ou seja, a abordagem jornalística não pode ignorar o segmento que majoritariamente influencia as decisões tomadas em relação ao mesmo. No entanto, deve-se haver muito critério para não deixar a abordagem política do cenário subverter o cerne do que o Fundo Amazônia representa: uma ferramenta de conservação e preservação de um ecossistema ameaçado e fragilizado.

Os meios de comunicação possuem uma qualidade essencial para a manutenção ou mudança de pensamento em relação a determinado assunto, o teor da informação. O modo como as informações são repassadas está em constante evolução, uma vez que o avanço do conhecimento progride, portanto, avaliar o período no qual a notícia foi veiculada, e contextualiza-la, é importante. Neste sentido, a percepção do avanço em abordagem jornalística do tema Fundo Amazônia no portal G1 é visível, no entanto, está muito aquém do que deveria e poderia ser. É necessário que haja uma renovação no modo como a notícia é inserida para o público, que sejam atribuídas percepções de olhares do norte em relação ao ambiente em que vivemos.

Para que isso seja realizado, veículos de comunicação como G1, indispensavelmente o Portal G1 Pará, pertencente a nossa região, precisam utilizar novas ferramentas que colaboram com a possibilidade de construção de novos olhares jornalísticos. São esses olhares que serão aptos a apurar e produzir novos materiais de cunhos ambientais, que não se deixem ser mais do mesmo, sendo ofuscados por discursos políticos e presos à dominância empresarial. Assim, somando com a identidade socioambiental da região amazônica e servindo como exemplo para demais veículos de comunicação.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. A Amazônia além das florestas, dos rios e das escolas: representações sociais e problemas ambientais. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, 2018.

ANGELO, M. H.. Letramentos, produção textual e jornalismo: parâmetros para o ensino da notícia. **Revista de Ciências Humanas**, n. 1, 2012.

BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, 2017.

BUENO, W. da C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 15, 2007.

CARDINALLI, M. A. Jornalismo Ambiental: uma breve análise da abordagem na mídia impressa. In: **CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE**. 2013. p. 1-9.

COLOMBO, M. Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul/RS, Brasil**. 2010.

ECO AGÊNCIA. Disponível em: <<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=nej>>>. Acesso em 20/04/2020

FUNDO AMAZÔNIA. Site. Disponível em: <<<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>>>. Acesso em 26/04/2020.

GIRARDI, I. M. T. *et al.* **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental**. 2012.

GIRARDI, I. M. T. *et al.* **Bases do jornalismo ambiental e os desafios para a cobertura da Rio+ 20**. **Razón y Palabra**, v. 17, n. 79, 2012.

HIGUCHI, M. I. G; HIGUCHI, N. **A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental**. INPA. CNPq, 2004.

LOOSE, L.B. *et al.* **A Função das reportagens ambientais e idéia do leitor presumível: para quem os jornalistas ambientais escrevem?** In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo. 2018.



MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. C. Financiamento da sustentabilidade: Fundo Amazônia. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 49, n. 2, p. 280-290, 2014.

MARQUES, A. R. Troca de saberes sobre incêndios e queimadas em busca de um manejo integrado do fogo na TI Arariboia/MA e entorno. **Biodiversidade Brasileira**, n. 1, p. 26, 2019.

MASSIERER, C. **O olhar jornalístico sobre o meio ambiente: Um estudo das rotinas de produção nos jornais Zero Hora e Correio do Povo**. Dissertação-Mestrado em comunicação UFRGS. 2007.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <<

<https://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-prevencao-do-desmatamento/plano-amazonia-sustentavel-pas.html>>>. Acesso em 25/04/2020.

MOREIRA, E.; COELHO, M. **Amazônia, o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1960.

NELSON, P. Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente. Washington: **International Center for Journalists**, 1994.

PANDOLFO, C. M. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Editora Cejup, 1994. SANTI, V. J. A última Hora da pré-história do jornalismo brasileiro. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 17, n. 1, p. 130-135, 2010.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SORRENTINO, M. *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

TRIGUEIRO, A. **Mundo sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise**. Editora Globo, 2012.

